

## Um “Estatuto novo” para quem?

**O caráter antidemocrático dá as caras novamente: desta vez o alvo é o Estatuto da Universidade!!**

Em abril deste ano a Ufes instituiu uma Comissão Mista para elaborar seu novo Estatuto e o Regimento Geral. A revisão dos documentos está sendo feita pela vice-reitora e por 12 representantes dos Conselhos Superiores (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/Cepe e Conselho Universitário/Cun).

O grupo foi escolhido pelos próprios conselheiros, ou seja, não houve consulta à comunidade universitária. A reforma das normas, portanto, ocorre de forma antidemocrática, sem um processo estatuinte que permitiria ouvir professores, estudantes e técnico-administrativos.

De acordo com a vice-reitora Ethel Maciel, presidente da comissão, o objetivo do grupo é adequar os documentos à realidade da instituição, porém, sem estatuinte. “Estamos estudando os Regimen-



tos e os Estatutos de várias universidades do Brasil, além de documentos de instituições que passaram recentemente pelo processo de revisão de suas normas”, disse.

**Consulta por e-mail.** A proposta é que sejam feitas as modificações nas novas legislações da universidade e que a comunidade acadêmica opine por e-mail. Para o diretor da Adufes, Rafael Vieira Teixeira, a estatuinte é uma demanda antiga da comunidade universi-

tária. “As diferentes administrações que já assumiram a universidade não aceitaram este desafio e o problema se estende até hoje. Uma reforma estatutária não pode simplesmente utilizar e-mail como canal de consulta”, critica o diretor.

Desde sua criação, a comissão vem realizando reuniões de pesquisa. A atividade ocorre sempre as segundas-feiras, no prédio da reitoria. A finalização dos trabalhos segue sem data prevista.



**Composição da comissão é centralizada.** Instituída pelo reitor e referendada pelos Conselhos, a comissão mista não foi definida de forma consensual. “A atual formação da comissão privilegia os representantes dos conselhos e não contempla a Adufes, Sintufes e o DCE. Isso dificulta a ampliação do debate”, garante Rafael. Ele lembra que é importante também a participação da sociedade civil para se construir normas democráticas.

## Última estatuinte na Ufes ocorreu há mais de 20 anos

De forma tímida, em 1992, a universidade realizou um processo estatuinte para alterar seu Regimento Geral. O documento, que ainda está em vigor, foi construído na década de 80, logo após o fim do regime militar.

Já o atual Estatuto da Ufes está em vigor desde 2002. Porém, em uma década, a universidade sofreu muitas

transformações no âmbito administrativo e acadêmico exigindo, portanto, um estatuto mais condizente com a atual realidade. É necessário que o mesmo contemple pontos como a instituição do regime de cotas e a criação do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes). E da forma como está sendo conduzido o processo - sem

convocação de estatuinte - , teremos novas legislações conservadoras e autoritárias.

**Universidades na luta por estatuintes.** O debate estatuinte também está sendo realizado pelas Universidades da Bahia (UFBA), Pernambuco (UFPE), Santa Maria (UFSM), Paraíba (UFPB), Recôncavo da Bahia (UFRB), Paraná (APUFPR), além da Estadual

de Feira de Santana (UEFS). O ponto comum de discussão nessas instituições - que sofrem com a pressão produtivista, a falta de autonomia universitária, problemas de infraestrutura, por exemplo - , é a necessidade de criação de um instrumento normativo mais participativo e que compreenda os anseios da comunidade acadêmica.

# Campanha reforça direitos dos aposentados

As eleições no país acabaram, Dilma foi reeleita, e os servidores públicos se preparam para garantir a aprovação de projetos importantes no Congresso Nacional. A luta no momento é pelo fim da contribuição previdenciária dos aposentados e pela criação de um índice de correção de reajuste dos benefícios de acordo com o aumento do salário mínimo (SM).

Durante o período eleitoral, o reduzido número de parlamentares em Brasília foi usado como justificativa para a não votação da PEC 555/2006 e PL 4434/2008. A promessa da Casa é que as duas propostas entrem em pauta agora em novembro.

“Sem a devida correção anual (tema do PL 4434/08) daqui a pouco os salários não darão conta de suprir as necessidades da pessoa que se encontra em um processo de envelhecimento. E tem também o fator previdenciário que reduz o valor do benefício para quem está apto a pedir a aposentadoria, mas é considerado jovem demais para usufruir desse direito”, ressalta a secretária geral da Adufes, Cenira Andrade de Oliveira.

**Coleta de assinatura.** Nos últimos meses, o Movimento Unificado dos Idosos, Aposentados e Pensionistas (UNA-SE), que congrega várias entidades, tem ocupado às ruas para informar



Painel em frente à Adufes destaca a defesa dos direitos na aposentadoria.

e conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade de aprovação das duas propostas pelo Congresso Nacional. A campanha conta com

várias coletas de assinaturas on-line. Uma delas é pelo endereço: [mosap.org.br/manifesto/manifesto4b.php](http://mosap.org.br/manifesto/manifesto4b.php). Participe desta luta!

## Professores/as sofrem com más condições de trabalho na Ufes

Enquanto o governo passa a ideia de que as demandas do ensino superior estão sendo atendidas, os/as professores/as, técnico-administrativos e estudantes da Ufes sofrem as más consequências de uma expansão desordenada. Os/as docentes se queixam da falta de condições de trabalho que podem ser percebidas por salas quentes, sem ar condicionado, sem ventiladores, portas e janelas que não fecham, falta de laboratórios, de salas de aula e de atendimento.

Alguns espaços da universidade são nocivos até mesmo à saúde. A professora do departamento de Ciências Sociais, Izabel Cristina Borsoi, deixou de atender os(as) alunos/as em sua sala, no CCHN, por considerar o local muito insalubre. “Minha sala tem mofo que pode provocar crises de alergias ou até uma infecção mais grave, como a pneumonia”, diz.

O jeito é orientar os/as alunos/as em salas de aulas. E o planejamento de atividades e estudos são feitos na

residência da docente, gerando sobrecarga de trabalho.

Para o professor do Centro de Ciências Agrárias (CCA), Gilberto Brito, as precárias condições são reflexos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “O programa não contribuiu para a melhoria das condições de trabalho dos professores/as, nem na infraestrutura das instituições de ensino. Ele tornou ainda mais latente o que já estava precário”, lamenta.

Embora o número de professores tenha aumentado no CCA, não foram construídas novas salas de atendimentos para docentes. Algumas salas de aulas sofreram adaptações e transformadas em espaços para atender alunos/as. Gilberto

explica que os/as colegas dos departamentos de Matemática e Farmácia, por exemplo, têm as salas separadas apenas por divisórias. “Durante reuniões ou atendimentos aos alunos, quem está do outro lado ouve tudo. Ninguém pode falar ou sorrir mais alto pois acaba incomodando e gerando constrangimentos”.



# Comunidade acadêmica exige estatuinte na Ufes

**Representantes de vários segmentos da Ufes destacam que novas legislações devem passar por um processo Estatuinte.**

A comunidade universitária tem a tarefa de pensar a si mesma para enfrentar os diferentes desafios da Ufes. A tarefa impõe a atualização das formas, normas e estruturas de regramento da Universidade, ou seja, realização da estatuinte. A metodologia para elaboração desse processo deve ser feita somente após consulta à comunidade.

“A estatuinte pressupõe fases como a constituição de uma comissão, divulgação das informações, reuniões, palestras, debates, seminários, assembleias setoriais, gerais e específicas, escolha de delegados e sistematização das atividades. São essas etapas que possibili-

tarão a participação de todos que compõem o ambiente universitário, como professores, técnico-administrativos e estudantes”, descreve o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

Ele explica que também faz parte da metodologia a convocação de Congresso Universitário Estatuinte, espaço onde as propostas devem ser ampliadas, modificadas, ajustadas e referendadas. E só após a aprovação pelo Congresso Estatuinte é que o Regimento Geral e o Estatuto serão submetidos à apreciação do Conselho Universitário e, uma vez homo-

logados e aprovados, encaminhados ao MEC.

“A vida universitária deve se constituir em um espaço de democracia, não como um pressuposto legal, mas um espaço de aprendizagem”, defende Edson.

**Autonomia universitária.** Para discutir novas normas para a universidade é preciso que seja levada em consideração à autonomia universitária. “É necessário que a comissão estatuinte (e não um grupo isolado), proponha um cronograma de atividades para debater o papel da uni-

versidade e a instituição de ensino que queremos”, sugere Vinicius Machado, estudante de História da Ufes.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes, José Mageski, também considera importante o debate. Para ele, é preciso reformular os Conselhos Superiores da universidade a fim de que a representação dos segmentos seja paritária. “Precisamos continuar resistindo ao autoritarismo e lutar para que espaços democráticos de decisão sejam criados na Ufes”, disse Mageski.



## Aprovada normas de progressão e promoção docente na Ufes

**O documento final foi aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) em 16/10 e, após revisões ortográficas, deverá ser divulgado pela universidade.**

A expectativa do sindicato, é que as novas regras para progressão e promoção que deverão passar a valer após sua publicação tenham critérios que contemplem em seu texto sugestões importantes feitas pelos/as professores/as. “Nas reuniões setoriais e assembleias da Adufes, a categoria fez inúmeras críticas à minuta de resolução. Uma das reclamações foi quanto à burocracia que o professor enfrenta para progredir na Ufes”, lembra o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

A versão aprovada pelo

Conselho Universitário ainda não chegou oficialmente à Adufes, mas assim que isso ocorrer a diretoria fará análise detalhada do documento e encaminhará seu parecer para todos os (as) docentes. As propostas discutidas e aprovadas no Cepe foram levantadas pela Comissão de Política Docente (CPD) que participou, inclusive, de um debate em torno do tema na sede do sindicato, em Vitória.

**Burocracia.** Algumas das sugestões, segundo o professor Eduardo Augusto Moscon, presidente da CPD, teriam sido contempladas no novo texto. Uma delas está relacionada à diminuição da burocracia, no recolhimento de documentos e instrução processual exigido pela universidade e de dados dispostos e atualizados na pla-

taforma Lattes.

“Conseguimos montar um processo menos burocrático. Agora a/o docente vai preencher apenas uma única ficha”. Eduardo admitiu, no entanto, que o texto não estipula prazo para que a universidade efetive a informatização. “A universidade terá que se adequar. Vamos cobrar, fazer com que isso funcione”. Questionado a respeito de futuras alterações ao texto aprovado, o presidente não descartou que alguns pontos são passíveis de serem revistos, “mas dentro do que foi construído”.

**Mudanças positivas.** Uma mudança significativa nas normas internas, segundo Eduardo, é que as classes (A até D) não terão mais restrições para utilizar o currículo lattes como fonte de dados sobre a

vida acadêmica. “A extração de dados dos currículos lattes para a tabela de pontuação, em conjunto com os dados disponíveis na universidade, é uma atividade possível e confirmada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)”.

Eduardo garantiu que a CPD estabeleceu também um sistema de pontuação que facilita a progressão funcional e que dá liberdade para o professor escolher em qual grupo de atividades quer receber sua avaliação.

**Avaliação.** Embora a diretoria da Adufes ainda não tenha avaliado o conteúdo da Resolução, há a preocupação de que demandas apontadas pela categoria durante todas as discussões em que o sindicato esteve presente, ainda permaneçam sem respostas concretas.

# Assaltos chamam atenção para a segurança na Ufes

Nos últimos meses o campus de Goiabeiras/Ufes tem ocupado com certa frequência as páginas policiais dos jornais. Há registros de arrastões e assaltos, apreensão de droga, carros suspeitos circulando ou sendo abandonados na cidade universitária,

No mês passado dois homens de bicicleta roubaram quatro estudantes dentro do Campus no horário noturno. A funcionária da Adufes, Ariana Nunes, ficou na mira dos bandidos que agiram rápido, dando ordens para que entregasse o celular e não gritasse.

Na semana seguinte mais “arrastão”. Um dos bandidos, que agiu de bicicleta, acabou sendo detido. Em outra ocasião, dois ladrões foram presos com carro roubado após perseguição cinematográfica que contou até com helicóptero da PM. Tentando escapar, eles passaram pelas cancelas que abrem e fecham para qualquer um, sem nenhuma objeção.

**Apreensão de crack.** No início do ano, a Polícia Federal foi acionada e apreendeu mais de 20 tabletes de crack próximo ao manguezal. Ninguém foi preso. Um vigilante viu a movimentação suspeita, mas ao chegar ao local encontrou apenas carro abandonado e as drogas. Mesmo diante das ocor-

ências e do clima de insegurança, a administração central da Ufes continua alegando que não há com que se preocupar e que tudo está “sob controle”.

“A vigilância do campus foi reforçada, inclusive à paisana, e melhoramos a iluminação pública”, diz o gerente de Segurança e Logística da Prefeitura Universitária, Anival Luiz dos Santos. Os gastos da Ufes com a segurança terceirizada são de R\$ 9 milhões/ano nos quatro campi.

“Somos absolutamente contrários a terceirização da mão de obra por explorar e até mesmo dar calote nos trabalhadores. Sabemos também que esses contratos são verdadeiras ‘caixas



pretas’ e permitem sangrias aos cofres públicos”, enfatiza o diretor da Adufes, André Michelato, cobrando a retomada urgente dos concursos públicos para a segurança da universidade.

Para André, o modelo montado não previne os crimes. “A Ufes pode até ter mais vigias, porém a função deles é cuidar do patrimônio, e em momento algum garante segurança à comunidade universitária.

## Prestação de Contas Adufes

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade. Confira a prestação de conta de junho/2014.

### RECEITA MÊS 07/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	127.189,64
OUTRAS RECEITAS*	18.396,99
<b>TOTAL DA RECEITAS</b>	<b>145.586,63</b>

### DESPESAS MÊS 07/2014

Despesas c/Pessoal	31.011,86
Encargos Sociais	1.406,29
Atividades e Eventos Sindicais	33.060,91
Serviços Prestados Terceiros**	18.192,18
Despesas Gerais***	38.370,56
Despesas Tributárias	1.297,54
Despesas Financeiras	20,30
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>123.359,64</b>

### RECEITA MÊS 08/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	127.010,42
OUTRAS RECEITAS*	16.447,29
<b>TOTAL DA RECEITAS</b>	<b>143.457,71</b>

### DESPESAS MÊS 08/2014

Despesas c/Pessoal	23.114,48
Encargos Sociais	1.403,76
Atividades e Eventos Sindicais	32.373,98
Serviços Prestados Terceiros**	22.492,04
Despesas Gerais***	46.379,67
Despesas Tributárias	1.041,95
Despesas Financeiras	72,65
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>126.878,53</b>

\*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos. | \*\*Serviços Prestados Terceiros refere-se a Assessoria Contábil, Jurídica, Assistência Técnica Informática, Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Pessoa Física. | \*\*\*Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.

## Eleição do DCE da Ufes será em novembro

Cinco chapas se inscreveram para disputar a eleição do Diretório Central dos Estudantes da Ufes. A votação acontece nos dias 17 e 18 de novembro, segunda e terça-feira, em todos os campi. O resultado do processo será divulgado no dia 19/11. As eleições ocorrerão das 7 às 22h30.

Em Vitória (Goiabeiras e Maruípe), cada curso terá uma urna. Já no Centro Norte do Espírito Santo (São Mateus) e no Centro de Ciências Agrárias (Alegre), será disponibilizado apenas uma urna por centro. Podem votar estudantes da graduação e da

pós-graduação. De acordo com o site da Ufes, a instituição conta com 18 mil discentes na graduação e 3 mil na pós-graduação.

A comissão eleitoral, constituída para conduzir o processo, é composta por 5 representantes que foram eleitos em assembleia estudantil no início de outubro.

### Chapas

- Chapa 1 – F5
- Chapa 2 – Conecta
- Chapa 3 – Outra maneira de cantar
- Chapa 4 – Virá maré
- Chapa 5 – Voz ativa

# Carta Aberta à comunidade acadêmica da Ufes

A ADUFES, após ouvir os Professores/as do Centro de Ciências Agrárias – CCA na última reunião ampliada da categoria, ocorrida em 15 de outubro de 2014 (Dia dos Professores), no município de Alegre (Sul do Estado), vem manifestar preocupação com a forma antidemocrática que está sendo conduzido o processo de reestruturação do CCA:

1. Está sendo desconsiderado integralmente o trabalho realizado pela comissão criada pelo Conselho Departamental do CCA que, após consultar todos os Departamentos, propôs a divisão do CCA em dois Centros. Tal proposta de reestruturação foi aprovada por este mesmo Conselho e encaminhada ao Conselho Universitário. No entanto, até o momento, sem resposta formal.

2. O trabalho da comissão anterior foi ignorado a partir da criação de uma nova comissão, pela Reitoria, para tratar do assunto. Nesta comissão, os nomes dos membros foram indicados por técnicos-administrativos do CCA e encaminhados pela Direção para a Administração Central da UFES. Assim, os docentes e discentes foram excluídos da possibilidade de indicação de nomes de seus representantes.

3. A nova comissão, constituída por três técnicos administrativos e três professores, não foi indicada pela Comunidade Acadêmica nem pelo Conselho Departamental do CCA, instância máxima consultiva e deliberativa do Centro.

4. A nova proposta de reestruturação foi apoiada pela Reitoria e Direção do CCA e encaminhada para apreciação dos Departamentos. Destaca-se o pouco tempo disponibilizado aos Departamentos para sua discussão. A proposta foi encaminhada para os Departamentos em 08 de outubro para ser apreciada até dia 21 de outubro de 2014.

5. A aprovação dessa proposta se constituirá em um retrocesso no processo de reestruturação do CCA, visto que a proposta anterior, na qual ficou definida a divisão do CCA em dois Centros, já havia sido aprovada pelo Conselho Departamental.

A ADUFES e os Conselheiros Representantes dos Docentes nos Conselhos Superiores reclamaram várias vezes junto à Administração Central da UFES sobre as péssimas condições de trabalho dos professores do CCA. Para os/as professores/as do CCA, a melhoria das condições de trabalho também deve passar por uma nova organização administrativa do CCA, de forma a atender aos anseios da Comunidade Acadêmica. Os/as professores/as desejam que as decisões acadêmicas e administrativas que afetam a vida da Comunidade no Centro fossem tomadas de forma democrática e transparente.

Discordamos da forma como o processo de reestruturação do CCA vem sendo conduzido. Chamamos a atenção para que a Comunidade Acadêmica participe de forma mais efetiva dessa discussão. Além disso, a ADUFES entende que qualquer mudança estatutária e regimental deve ser realizada por uma estatuinte formada por docentes, técnicos-administrativos e estudantes, e democraticamente estabelecida.

Vitória, 21 de outubro de 2014.

**A Diretoria da ADUFES**



### Docentes denunciam processo antidemocrático na Universidade Federal do Espírito Santo



A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes) - Seção Sindical do ANDES-SN – denunciou na última sexta-feira (24), através de uma carta aberta à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a forma “anti-democrática” que a Reitoria está conduzindo o processo de reestruturação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Ufes, localizado em Alegre, município localizado no sul do estado.

Segundo o presidente da Adufes SSind., Edson Pereira Cardoso, o atual reitor desconsiderou o trabalho realizado pela comissão criada pelo Conselho Departamental do CCA, que propôs a divisão do CCA em dois, e criou uma nova comissão para tratar do assunto sem a participação da comunidade acadêmica. Cardoso classificou de centralizadora a forma como o processo de reestruturação vem sendo conduzido.

“Criaram uma comissão sem muita transparência e com pouca democracia, com os docentes e discentes excluídos da possibilidade de indicação de nomes de seus representantes”, afirmou. Além disso, a proposta foi encaminhada para os Departamentos em 8 de outubro para ser apreciada até dia 21 de outubro deste ano.

Em nota, a Seção Sindical ressalta que a participação da comunidade acadêmica e a criação de uma Estatuinte - formada por docentes, técnico-administrativos e estudantes, e democraticamente estabelecida – seria o melhor encaminhamento para uma mudança estatutária e regimental. “O reitor é contrário a Estatuinte. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está num processo Estatuinte e citamos esse caso como exemplo”, disse Cardoso.

Conforme o presidente da Adufes SSind., esse é um caso de problema estrutural da universidade, que está “impregnada daqueles vícios antigos de centralização, falta de democracia interna para ouvir todo mundo”, concluiu.

O campus de Alegre conta apenas com 250 professores para atender cerca 2,5 mil alunos, em 18 cursos de graduação. Esses números são reflexos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que aumentou o número de vagas nos cursos de graduação, sem ampliar o número de docentes no quadro efetivo da instituição. “Foi um crescimento meio irresponsável. Temos problemas de infraestrutura nos laboratórios, biblioteca e nas salas de aula, em que falta ar condicionado; e de assédio moral, os professores são coagidos a dar 20 horas de aula”, explica Cardoso.

[Confira no verso a Carta Aberta na íntegra.](#)